



PLANO DE ENSINO 2026

PROFESSOR: CARLOS ERNANI CONSTANTINO

DEPARTAMENTO:

DISCIPLINA: DIREITO PENAL I

SÉRIE: 2º ANO TURMAS: A e B TURNO: DIURNO E NOTURNO

CARGA HORÁRIA SEMANAL: h/a. HORÁRIA ANUAL: h/a.

1. EMENTA

Teoria Geral do Delito.
Noção Geral de Crime.
Conceito de Crime.
O que é Direito Penal.
História do Direito Penal.
Tendências do Moderno Direito Penal.
O Código Penal Brasileiro.
Princípios do Direito Penal.
Estrutura da Norma Penal.
Da Lei Penal e Sua Aplicação.
Interpretação de Lei Penal.
Classificação Doutrinária de Crimes
Teoria geral da pena.
Histórico, espécies e função da pena.
Regimes da execução, cominação e aplicação das penas.
Medidas de segurança.
As circunstâncias do crime (agravantes e atenuantes).
Do concurso de crimes.
Suspensão condicional da pena e livramento condicional.
Dos efeitos da condenação.
Da extinção da punibilidade: prescrição e outras causas.

2. OBJETIVOS GERAIS

Compreendem os objetivos gerais alicerçar o entendimento do crime como fenômeno social e o conhecimento da Parte Geral do Código Penal, de modo a facilitar a aprendizagem dos tipos previstos na Parte Especial.



3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como objetivos específicos, pretende-se levar o acadêmico a identificar e distinguir os princípios e institutos que disciplinam o relacionamento entre o Estado e o indivíduo na órbita penal, com análise das diversas vertentes teórico-legais, doutrinárias e jurisprudenciais.

Propõe-se o estudo do fato típico, da ilicitude e da culpabilidade como elementos do crime, assim como dos aspectos teóricos que envolvem a sanção penal.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. PRIMEIRO BIMESTRE

1. Teoria Geral do Delito;
2. Noção Geral de Crime;
3. Conceito de Crime;
4. O que é Direito Penal;
5. História do Direito Penal;
6. Tendências do Moderno Direito Penal;
5.1) Tendências Atuais de Política Criminal;
7. O Código Penal Brasileiro;
8. Princípios do Direito Penal;
9. Estrutura da Norma Penal;
10. Da Lei Penal e Sua Aplicação; Anterioridade; Lei Penal no Tempo; Lei Excepcional ou Temporária; Tempo do Crime; Territorialidade; Lugar do Crime; Extraterritorialidade; Pena Cumprida no Estrangeiro; Eficácia de Sentença Estrangeira; Contagem de Prazo; Frações Não Computáveis da Pena; Legislação Especial;
11. Interpretação de Lei Penal;
12. Classificação Doutrinária de Crimes;

2. SEGUNDO BIMESTRE

1. Interpretação de Lei Penal;
2. Classificação Doutrinária de Crimes;
3. Moderna Teoria do Delito:
 - a) Teorias da Conduta; Elementos da Conduta; Hipóteses de Ausência da Conduta;
 - b) Sistemáticas de Direito Penal (Clássica, Neoclássica, Finalista e Funcionalista);
 - c) Funcionalismo Racional-Teleológico e Funcionalismo Sistêmico; Tipicidade;
 - d) Tipo Objetivo: (Conduta, Nexo Causal, Nexo de Imputação e Resultado); Teorias da Causalidade;
 - e) Concorrência de Causas; Causalidade na Omissão; Teoria da Imputação Objetiva; Teorias do Resultado;



- f) Tipo Subjetivo: Dolo Direto de 1º grau; Dolo Direto de 2º grau; Dolo Eventual; Culpa Consciente e Inconsciente; Erro de Tipo;
 - g) Antijuridicidade: Causas Excludentes (Reais) ou Justificantes (Estado de Necessidade; Legítima Defesa; Estrito Cumprimento do Dever Legal; Exercício Regular do Direito; Consentimento do Ofendido);
 - h) Culpabilidade: Menoridade Penal; Doenças ou Distúrbios Mentais; Causas Dirimentes (embriaguez fortuita, erro de proibição, coação moral irresistível, obediência hierárquica, outros erros jurídicos penais.
4. Autoria, Coautoria e Participação; Conceito Amplo de Autor e Conceito Estrito de Autor; Teoria do Domínio do Fato;

3. TERCEIRO BIMESTRE

1. Das penas

1.1 Penas em geral. Conceito. Finalidades. Caracteres

1.1.1 Sistemas penitenciários

1.1.2 Classificação

1.1.3 Penas privativas de liberdade

1.1.4 Reclusão e detenção

1.1.5 Exame criminológico

1.1.6 Regimes. Progressão e regressão

1.1.7 Direitos e deveres do preso

1.1.8 Trabalho

1.1.9 Remissão

1.1.10 Detração

1.1.11 Superveniência de doença mental

1.1.12 Penas restritivas de direitos. Penas alternativas

1.1.13 Prestação de serviços à comunidade

1.1.14 Interdição temporária de direitos

1.1.15 Limitação de fim de semana

1.1.16 Cominação e substituição

1.1.17 Conversão

1.1.18 Pena pecuniária

1.1.19 Conceito. Características

1.1.20 Cominação e aplicação

1.1.21 Pagamento da multa

1.1.22 Da aplicação da pena. Fixação

1.1.23 Circunstâncias do crime

1.1.24 Circunstâncias judiciais

1.1.25 Circunstancias agravantes

1.1.26 Reincidência

1.1.27 Circunstâncias atenuantes



- 1.1.28 Suspensão condicional da pena
- 1.1.29 Conceito. Natureza. Pressupostos. Espécies
- 1.1.30 Espécies. Condições

4. QUARTO BIMESTRE

- 1. Período de prova. Efeitos
 - 1.1 Revogação obrigatória e facultativa
 - 1.1.1 Prorrogação do período de prova
 - 1.1.2 Livramento condicional
 - 1.1.3 Conceito. Pressupostos objetivos e subjetivos
 - 1.1.4 Concessão: condições
 - 1.1.5 Revogação obrigatória e facultativa
 - 1.1.6 Restauração
 - 1.1.7 Prorrogação e extinção
 - 1.1.8 Medidas de segurança
 - 1.1.9 Conceito. Finalidade
 - 1.1.10 O sistema de duplo binário. O sistema vicariante ou unitário
 - 1.1.11 Execução e revogação
 - 1.1.12 Internação
 - 1.1.13 Tratamento ambulatorial
 - 1.1.14 Concurso de crimes
 - 1.1.15 Concurso material
 - 1.1.16 Concurso formal
 - 1.1.17 Crime continuado
 - 1.1.18 Efeitos da condenação
 - 1.1.19 Efeitos principais
 - 1.1.20 Efeitos secundários
 - 1.1.21 Efeitos penais
 - 1.1.22 Efeitos extrapenais
 - 1.1.23 Causas de extinção da punibilidade
 - 1.1.24 Prescrição
 - 1.1.25 Prescrição da pretensão punitiva
 - 1.1.26 Prescrição da pretensão executória

5. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS – METODOLOGIAS ATIVAS

- 1. Exposição
- 2. Estudo dirigido: individual e em grupo
- 3. Técnicas de dinâmica de grupo
- 4. Seminários
- 5. Trabalhos escritos: individual e em grupo



6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO

1. Provas objetivas
2. Provas dissertativas
3. Atividades individuais ou em grupos na sala de aula
4. Trabalhos de pesquisa

7. INTERCOMPLEMENTARIDADE DISCIPLINAR

O conteúdo programático de Direito Penal I, que abrange a Parte Geral codificada, constitui a base para o prosseguimento dos estudos da mesma disciplina nas séries seguintes, contribuindo para a compreensão da Parte Especial do Código e das leis extravagantes de natureza penal.

Por outro lado, considerado o ordenamento jurídico como uma unidade, evidencia-se uma interrelação com várias outras disciplinas. Assim, será objeto do estudo a intercomplementaridade ou integração com o Direito Constitucional, o Internacional Público, o Processual Penal, o Direito Civil e o Direito Administrativo.

8. BIBLIOGRAFIA

1. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL;
2. CÓDIGO PENAL BRASILEIRO;
3. CONDE, Francisco Muñoz. Teoria Geral do Delito. 1ª ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988, 01 vol. (trad. de Juarez Tavares e Luiz Régis Prado);
4. HUNGRIA, Nélson. Comentários ao Código Penal. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958, 09 vol. (*);
5. JESCHECK, Hans-Heinrich. Lehrbuch des Strafrechts – Allgemeiner Teil (id est: Tratado de Direito Penal – Parte Geral). 4ª ed. Berlim/Alemanha, Editora Duncker & Humblot GmbH, 1988, 01 vol. (original em língua alemã); ou a tradução desta obra para o Espanhol: Tratado de Derecho Penal - Parte General. 3ª ed. Barcelona/Espanha, Editora Bosch, 1.978, 02 vols.
6. ROXIN, Claus. Strafrecht; Allgemeiner Teil (id est: Direito Penal; Parte Geral). 3ª ed. Munique/Alemanha, Editora Beck, 1997, 01 vol. (original em língua alemã); ou a tradução desta obra para o Espanhol: Derecho Penal; Parte General. Madri/Espanha: Civitas, 1997, 01 vol.
7. TAVARES, Juarez. Teoria do Injusto Penal. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, 01 vol.
8. TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios Básicos de Direito Penal. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1.994, 01 vol.